



## CAMPANHA SALARIAL 2006

# Inscreeva-se ao 2º Congresso dos Bancários de Brasília

Será no dia 22 de julho, a partir das 9h, no auditório da CNTI (505 Norte)

O Sindicato realizará no dia 22 de julho, um sábado, o 2º Congresso dos Bancários de Brasília, que abrirá oficialmente a participação da categoria na Campanha Nacional dos Bancários. A exemplo do ano passado, o encontro será aberto a todos os bancários do Distrito Federal.

A diretoria do Sindicato está distribuindo fichas de inscrição nas visitas que faz aos bancos. As inscrições podem ser feitas também pelo endereço eletrônico [congresso@bancariosdf.com.br](mailto:congresso@bancariosdf.com.br)

e pelo telefone 3346-9090.

Os delegados presentes ao Congresso vão discutir, entre outros temas, a conjuntura política e econômica nacional em que será desenvolvida a campanha, a estratégia de ação e as propostas que os bancários de Brasília levarão à Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, que será realizada em São Paulo de 27 a 30 de julho.

“Quanto mais bancários participarem do Congresso e mais discussão houver na

campanha, mais fortes estaremos para conquistar nossas reivindicações”, exorta Jacy Afonso, presidente do Sindicato.

### Eleição de delegados sindicais

Para fortalecer a organização nos locais de trabalho, o Sindicato realiza este mês a eleição de delegados sindicais nos bancos públicos. No BRB, a eleição já está em andamento. No Banco do Bra-

sil começa nesta segunda-feira 10, e na Caixa a eleição está prevista para começar no dia 17 de julho.

A data da eleição no BB foi definida na reunião do Conselho de Delegados Sindicais do BB realizada no dia 6, no Sindicato. Foi aprovada a proposta de se fazer a eleição nos mesmos moldes do ano passado. Este ano poderão ser eleitos cerca de 110 delegados do BB na base de Brasília. A proposta é eleger 15 delegados no Sede I, 15 no Sede III e 15 no Sede

IV, respeitando o critério de representação das várias diretorias. O restante (65) será eleito nos demais órgãos da direção geral e nas agências.

Todos os bancários podem votar para delegado sindical, mas só os sindicalizados podem ser eleitos. As inscrições devem ser feitas por intermédio de formulários que estão sendo distribuídos nas dependências, no Sindicato, pelo telefone 346-9090 ou pelo endereço [atendimento@bancariosdf.com.br](mailto:atendimento@bancariosdf.com.br).

## Pesquisa sobre a campanha termina quarta-feira

Termina nesta quarta-feira, 12 de julho, a pesquisa que o Sindicato está promovendo com a categoria nos locais de trabalho para saber quais as prioridades para a Campanha Nacional dos Bancários deste ano.

“A pesquisa é importante para o Sindicato conhecer as principais preocupações dos bancários, dando um passo importante para a elaboração da pauta de reivindicações da campanha deste ano”, destaca Enilson da Silva, secretário-geral do Sindicato.

A consulta pode ser solicitada a representantes do Sindicato, que estão percorrendo as agências. Também está disponível no site [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br). Basta clicar no link correspondente, imprimir a ficha, preenchê-la e entregá-la no Sindicato. Se preferir, solicite a busca do questionário pelo telefone 3346-9090.

O Sindicato realizou atividades no Setor Bancário Sul, quarta e quinta-feira passada, para fazer a consulta e convocar o 2º Congresso dos Bancários de Brasília.



# Nova assembleia dia 20 decidirá criação de CCP no Banco do Brasil

A assembleia dos funcionários do Banco do Brasil realizada na quinta-feira 6 de julho no Sindicato decidiu adiar a decisão de aprovar ou rejeitar a instalação de Comissão de Conciliação Prévia (CCP) no BB na base sindical de Brasília. Acatando proposta da diretoria do Sindicato, a assembleia entendeu que esse tema precisa ser melhor debatido com todo o funcionalismo, antes de uma tomada de decisão. Nova assembleia será realizada no próximo dia 20 de julho na sede do Sindicato.

Na assembleia da quinta-feira, a diretoria do Sindicato e o assessor jurídico José Eymard Loguércio fizeram uma explanação sobre o funcionamento da CCP, que terá

o propósito de buscar uma solução em situações de conflitos envolvendo direitos trabalhistas entre a empresa e ex-funcionários.

A Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) assinou no dia 30 de junho último um protocolo com o BB sobre a criação das CCPs. Mas o acordo só entrará em vigor após aprovação em assembleia de cada base sindical.

“Estou convicto de que a instituição da CCP é um avanço nas relações de trabalho. Ela preserva todos os direitos dos trabalhadores, fortalece a ação sindical e agiliza a solução e o recebimento dos direitos trabalhistas”, afirma Jacy Afonso, presidente do Sindicato.

## Saiba qual será o papel da Comissão

- A CCP é um meio para se chegar a um acordo, não um fim. Não pode ser entendida como um estímulo para a demissão.
- A CCP será formada por dois membros indicados pelo Sindicato e dois pelo banco, com os respectivos suplentes.
- A CCP não pode intermediar ou homologar rescisão de contrato de trabalho.
- Só pode ser acionada pelo funcionário (nunca pela empresa), após o rompimento do contrato de trabalho.
- A CCP atuará em todos os casos em que o ex-funcionário manifestar interesse em apresentar reivindicação em relação ao contrato de trabalho extinto.
- A reivindicação do ex-funcionário será apresentada ao Sindicato, que a encaminhará ao banco por intermédio de seus representantes na CCP.
- O ex-funcionário pode acionar a CCP para tentar

solucionar todas as pendências ou apenas uma ou algumas delas.

- A CCP deve realizar a primeira sessão de tentativa de conciliação até no máximo dez dias após receber a reivindicação.
- A fase de conciliação deverá durar dez dias no máximo após a primeira sessão, mas as partes interessadas podem estipular prazo maior.
- Todas as sessões conciliatórias das CCPs serão realizadas nas dependências do Sindicato.
- A assessoria jurídica do Sindicato prestará toda assistência ao ex-funcionário que acionar a CCP.
- A atuação da CCP será restrita à base territorial do Sindicato.
- Uma vez apresentada a reivindicação pelo ex-funcionário, é obrigatória a passagem da demanda pela CCP. Mas ele não é obrigado a fazer a conciliação, se não for do seu interesse, e continua com o direito de recorrer à Justiça do Trabalho.

A íntegra da proposta está em [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br). Se você quiser tirar dúvidas, escreva para [assessoria@bancariosdf.com.br](mailto:assessoria@bancariosdf.com.br).

## Seminário no Sindicato discute novo plano da Funcef

O Sindicato realizou no dia 3 de julho, no Teatro dos Bancários, o primeiro seminário da série que a Funcef está promovendo em todo o país para explicar e discutir o novo plano de benefícios do fundo de pensão dos empregados da Caixa. Mais de 200 participantes da Funcef, da ativa e aposentados, participaram do seminário.

O novo plano, que começou a ser discutido em 2003, foi elaborado pelo grupo de trabalho tripartite (representantes dos participantes, da Funcef e da patrocinadora) e aprovado por 82% dos bancários da Caixa em consulta realizada em outubro do ano passado.

“É uma honra para o Sindicato promover esse primeiro encontro com os participantes da Funcef, que contribuirá para o esclarecimento dos par-



O diretor Carlos Caser explica o novo plano da Funcef, em seminário no Teatro dos Bancários

ticipantes antes de fazer a opção”, destacou na abertura do seminário o presidente do Sindicato, Jacy Afonso.

Durante mais de três horas, o diretor de Controladoria da Funcef, Car-

los Alberto Caser, e o gerente de Controle e Risco Geraldo Aparecido apresentaram um balanço da Funcef, informaram sobre as razões que levariam os dirigentes eleitos do fundo de

pensão a reivindicarem a criação de um novo plano de benefícios e explicaram em detalhes as mudanças previstas.

Os participantes da Funcef terão prazo até 30 de agosto para aderir ao novo plano, aprovado no dia 14 de junho pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), o órgão do Ministério da Previdência que fiscaliza os fundos de pensão.

“Sabemos que ele não é um plano perfeito, mas corrige distorções e injustiças dos planos anteriores”, afirmou Caser durante a explanação. “Em respeito à inteligência dos funcionários da Caixa, não faremos nenhuma pressão para que haja adesão. Prestaremos todas as informações possíveis para esclarecer as dúvidas e cada participante poderá fazer a opção que melhor lhe convier.”

# Contraf divulga pesquisa sobre assédio moral

Evento será na quarta-feira 12 de julho, às 19h, no Teatro dos Bancários

Cerca de 40% dos trabalhadores em bancos já passaram por situações de violência moral no trabalho. É o que revela a pesquisa nacional sobre assédio moral na categoria, aplicada pelos sindicatos de todo o país, que será divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) na próxima quarta-feira 12 de julho, às 19h, no Teatro dos Bancários.

A pesquisa, coordenada pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco, foi realizada com amostra de 2.609 bancários de 25 estados. Ela faz parte do projeto **Assédio Moral na Categoria Bancária: Uma Experiência no Brasil**, fruto de parceria da Contraf-CUT com o Fundo para Igualdade de Gêneros (FIG).

A divulgação faz parte da política de sensibilização de trabalhadores e patrões para barrar a prática que, segundo a OIT,

já adquire traços epidêmicos no mundo do trabalho global. Além disso, a Contraf-CUT pretende incluir cláusula de combate ao assédio moral na Convenção Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro e, através de lei federal, transformar a prática em crime. Proposição neste sentido, de autoria do deputado Mauro Passos (PT-SC), relatado pelo deputado Vicentinho (PT-SP), já tramita na Câmara dos Deputados.



## Para combater o assédio, é preciso democratizar as relações de trabalho

O assessor jurídico do Sindicato José Eymard Loguercio informa na entrevista abaixo o que é assédio moral, quando se caracteriza e o que fazer para combatê-lo.

**Informativo Bancário** — O que caracteriza assédio moral?

**José Eymard** — A caracterização depende da reiteração. De práticas continuadas. Fato isolado não configura assédio. Há uma certa confusão entre o assédio moral e práticas empresariais que estão no âmbito do chamado “poder diretivo” do empregador. O empregador dirige a atividade econômica. Isto está na lei. Os seus prepostos, no entanto, não podem ultrapassar as barreiras legais no trato da pessoa humana, humilhar, fazer o empregado passar por situação vexatória, dar-

lhe apelido jocoso, atribuir falta grave sabidamente não realizada, atribuir práticas de atos ilegais sem a devida apuração, dar tarefas sabidamente impossíveis de serem cumpridas para depreciar o empregado.

**Informativo** — Como a lei trata hoje o assédio moral?

**Eymard** — Assédio moral está ligado à proteção constitucional e legal da pessoa. É um tema bastante recente na prática judiciária, nas negociações coletivas e na agenda de recursos humanos das empresas. Quando o empregador causa sofrimento ao empregado está sujeito à investigação por assédio moral. Do ponto de vista judicial, a grande questão do “assédio moral” diz respeito à prova. Muitas vezes o empregado tem dificuldades para realizar a prova do dano moral. A lei não fixa parâmetros para a fixação de indenização. Esta depende da gravidade do ato, do tempo de duração, da condição eco-

nômica do réu, se houve ou não repercussão na imagem do empregado e a extensão dessa repercussão. Não há uma tabela mas, sim, o arbitramento que leva em conta toda a prova a ser produzida em juízo.

**Informativo** — E quais as consequências para o trabalhador?

**Eymard** — Há doenças que são desenvolvidas em função de práticas de assédio. Neste caso a recomendação é que se faça um diagnóstico completo, com laudo médico descritivo para estabelecimento do que se chama denexo-causal. A prescrição trabalhista é de 5 anos, contados do ajuizamento da ação e, para quem deixa a empresa, ele tem 2 anos para ingressar com processo judicial.

**Informativo** — O que o Sindicato tem feito em relação ao assédio moral?

**Eymard** — No Sindicato temos encaminhado várias ações judiciais decor-

rentes de assédio moral nos bancos. No entanto, paralelo ao ajuizamento de ações judiciais, há todo um trabalho junto aos órgãos públicos para o esclarecimento da temática, bem como para o desenvolvimento de boas práticas que afastem o assédio.

**Informativo** — Qual a melhor forma de combater o assédio?

**Eymard** — O assédio moral está intimamente ligada à democratização das relações de trabalho. De outro lado, está ligada também à necessidade de representação sindical nos locais de trabalho, de modo a permitir um acompanhamento mais de perto das práticas desenvolvidas por chefias que não estão preparadas para tal. É procurar evitar o assédio moral. Imprimir novas práticas saudáveis. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) está preocupada também com a questão da saúde do trabalhador relacionada às práticas empresariais.

# Contra a discriminação no BB

## Sindicato faz propostas para promover a igualdade de oportunidades

A diretoria do Sindicato entregou nesta sexta-feira 7 de julho à direção do Banco do Brasil um documento com propostas que contribuem para a implantação do Programa Pró-Equidade de Gênero e promoção da igualdade de oportunidades no BB. "Apresentamos sugestões iniciais para serem aperfeiçoadas", afirma Mirian Focchi, diretora do Sindicato.

O BB aderiu em março último ao Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. "Vamos acompanhar de perto a implantação do programa, porque não pode continuar no BB o atual quadro de falta de igualdade de oportunidades", avisa Mirian.

No documento, o Sindicato propõe que o BB use todos os seus meios de comunicação e promova semi-



Diretoria do Sindicato entrega documento com propostas aos representantes do Banco do Brasil

nários regionais para divulgar informações sobre o tema e assim sensibilizar o corpo funcional para a promo-

ção dos direitos humanos, com a consequente eliminação das desigualdades de gênero.

Entre as outras propostas apresentadas pelo Sindicato, estão as seguintes:

- Criar uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa com a participação dos sindicatos.
- formar comitês gestores de equidade de gênero em cada dependência do banco.
- Passar a observar, no preenchimento de cargos gerenciais, critério que garanta a proporcionalidade de gênero e etnia de acordo com o percentual existente no banco.
- Estimular a participação das mulheres nos processos seletivos internos.
- Dadas as desigualdades existentes, priorizar "a participação de mulheres e não brancos" nos treinamentos internos e externos, especialmente os dirigidos para formação de novos gestores.

## Sindicato faz protesto contra o Bradesco

Com o objetivo de chamar atenção da população para a sobrecarga de trabalho dos bancários e a exploração dos clientes, o Sindicato realizou, no início da tarde da quinta-feira 6, manifestação na agência do Bradesco do Setor Comercial Sul, mais conhecido como Bradescão.

Diretores do Sindicato entregaram o jornal Bancário Cidadão, que traz na manchete o julgamento da ação apresentada pela Confederação Nacional do Ramo Financeiro (Consif) propondo a exclusão dos serviços bancários do Código de Defesa do Consumidor (CDC). O Supremo Tribunal Federal (STF) derrotou os bancos e manteve os serviços bancários no CDC.

O Bancário Cidadão também detalha os lucros do Bradesco no primeiro trimestre e informa ainda que o banco hoje cobre toda a sua folha de paga-

mento com o dinheiro das tarifas e taxas bancárias. "Uma das soluções para a melhora do atendimento bancário é a ampliação do horário das agências das 9h às 17h", afirma Márcio Teixeira, diretor do Sindicato.

A manifestação contou com a apresentação do mímico Mikéias Paes, que fez esquete sobre a estafante rotina do trabalho bancário.

José Avelino (foto), diretor do Sindicato, lembrou que a culpa pelo atendimento precário não é dos bancários, que estão cada vez em menor número nas agências. "O Bradesco vem demitindo bancários e não substitui nem aqueles que adoecem. E as doenças do trabalho têm sido cada vez mais frequentes no banco por causa da excessiva carga de trabalho e da pressão para cumprimento de metas", destaca Avelino.

